

Citar: Apellidos, N. (2016) "Título", en: Santos González, D. y Giménez Rodríguez, S. (coords.) (2016). *Integraciones y Desintegraciones sociales*. Toledo: ACMS, pp.

SOCIALISMO EN EL SIGLO XXI: LA EJEMPLARIDAD BRASILEÑA, REFLEXIONES SOBRE LA REVOLUCIÓN

Elaine Santos. *Centro de Estudos Sociais, UC – PT*

Paulo Alves de Lima. *Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos*

Sinclair Mallet Guy Guerra. *Universidade Federal do ABC*

INTRODUÇÃO

O texto apresentado pretende corroborar na compreensão certamente não é o do compromisso com a tranquilidade (Le Goff, 2009). A aparência dos fenômenos não coincide com a essência, nosso dado prévio é de natureza ontológica, ou seja, a verdade como critério e o conhecimento deve descortiná-la (Feitosa, 2012). A história do tempo presente é cultivada com os detritos de sucessivos, grandes e fecundos erros que nos exige, ferramentas artesanais apropriadas e poderosas principalmente o trabalho intelectual coletivo, voluntário e consciente.

No Brasil- assim como na América Latina e no mundo-, até que os efeitos da contrarrevolução capitalista global se fizessem sentir no campo ideológico, o tema da revolução e seu contrário era o alimento de todo o debate, pesquisa e projetos políticos e de vida das gerações que se sucedem desde a Guerra do Paraguai e em especial daquelas gerações do Pós II Guerra, de jovens, intelectuais e militantes sociais de todas as correntes e classes sociais. Todavia, não é fácil combinar as condições de sujeito histórico e analista, logo, falar de Socialismo na América Latina, sem perder-se na singularidade deste subcontinente no âmbito mundial é um processo que exige a reconstrução de um marco histórico. Daí nos deparamos com esta tarefa hercúlea de reescrever uma história que se afigura como dada, nossa tentativa é a de reconstituição histórica defronte a uma sociologia atual que dá lugar ao “achismo” analítico, do convencimento por meio da repetição (Castro, 2012). Como exemplo deste rebaixamento, temos a histeria social causada pelos propulsores da contrarrevolução colocando a corrupção como um problema de gestão e não uma condição política quase que inerente ao sistema capitalista. Os profetas do caos precisam ser combatidos já que esta evidência falaciosa acaba por mascarar todo o discurso de poder que envolve a população, dominando as inteligências depois, por meio da

manipulação dos meios de comunicação, da educação (universidades e escolas) fraudar-se sistematicamente a forma como a sociedade percebe a si própria e quais são os interesses reais em jogo (Souza, 2016, 13). São os consensos assimilados que nos acorrenta, cabe aqui em uma reflexão inicial acerca da atual situação, troquemos o mote da corrupção pelo mote da concentração de renda, de onde ela aparece? O que a legitima? Tal como afirma Jesse (2016, p. 292) se vamos falar de sociedade teremos que realizar uma cirurgia neurológica do abandono das certezas incertas e da necessidade de tornar o mundo tal como ele aparece, em suas desigualdades, algo inaceitável.

A complexidade da sociedade é um desafio intransponível para muitos e isto ocorre devido a multiplicidade de mecanismos utilizados para que nos tornemos meros vivos a perambular no mundo agindo de forma a causar uma estranheza no que tange ao processo de humanização. Não é tarefa simples chegar a essência dos problemas, desta feita, muitos dos nossos pesquisadores acabam por corroborar com escritos meramente descritivos e consequentemente com o *status quo* dominante. No caso da esquerda latino-americana tivemos um forte avanço dos seus governos a partir de 2002, originados pelo esgotamento das políticas neoliberais e o agravamento do cenário de exclusão, além do golpeamento das ditaduras (Castro, 2012). Como afirma Nils de Castro (2012,11) passado mais de dez anos do auge eleitoral destes governos, o que percebemos hoje é uma falta de horizontes

A esquerda está diante de novos desafios, portanto. É certo, que pode retomar a iniciativa sem as certezas político ideológicas que acreditava ter no passado. Porém, não é menos certo que necessita reconstruir paradigmas, sobretudo depois da profunda crise que o socialismo viveu, tanto em suas vertentes comunistas como nas da social-democracia do final do século passado.

Objetiva-se iniciar uma discussão acerca desta irrefutável verdade, partindo do caso brasileiro demonstrando como a correlação de forças se altera se tornando um freio para mudanças. Este travão pode ser captado quando a elite se dá conta da necessidade de romper com as estruturas constituintes para garantir seus ganhos em nossa minguada e fragilizada democracia. Como afirma, Mascaró (publicado em 25/06/ 2016,1. para) o capitalismo na América se fez por meio de golpes e mesmo quando o Estado é governado por classes não burguesas, continua a ser capitalista, uma vez que Estado e Direito se entrelaçam pelas condições de sociabilidade próprias das formas de gênese do capitalismo.

Tal golpismo jurídico se faz mediante instituições estatais, sustentando-se numa ideologia jurídica que é espelho da própria ideologia capitalista. Sendo o direito sempre golpe, a legalidade é uma moldura para a reprodução do capital e para a miríade de opressões que constituem a sociabilidade. Todo o direito e toda a política se fazem a partir de graus variados de composição entre regra e exceção.

Considerando que a crise brasileira é uma crise em âmbito mundial permeadas pela forma como a reprodução política e económica de uma esquerda/centro latino americana, o que nos aparece é apenas a tessitura deste entrelaçamento, ou seja, a falência institucional e política o oculto é a ideologia capitalista que operacionaliza este caos organizado aos seus interesses (Mascaro, publicado em 29/02 2016, 2. para).

1. A HISTÓRIA CONTINUA

Pretendemos vislumbrar as Alamedas do Allende a oferecer receitas prontas diante o momento pelo qual passamos. O século XX nos trouxe novidades oriundas de um processo abrupto, dado a partir do desaparecimento da União Soviética que acabou por repercutir em toda a estrutura ideológica das demais esquerdas. Na Europa acompanhamos um retorno ao centrismo, uma conciliação com o neoliberalismo e uma separação das tradições que cunhavam uma identidade da esquerda, resvalando, como não poderia deixar de ser, também na América Latina (Castro, 2012). Entretanto, a história continua em movimento. Pelo menos desde o século XII os sábios e seus discípulos já sabiam disso. Na contracorrente da universidade, mais interessada em realizar a contento o sucesso contrarrevolucionário das revoluções conservadoras na Europa logo mais desbordadas em seus polos de vanguarda. (Wallerstein, 2006).

Primeiro Portugal e depois sua ex-mãe pátria, a Espanha, a um Novo Mundo exclusivo do capital, isto é, das classes feudais aburguesadas e burguesias enobrecidas, os colonizadores. Foi assim que as teorias desse novo mundo nascente se forjaram fora, à revelia e apesar do mundo acadêmico e das potências às quais ele servia. Por caminhos a ele estranhos também passaram as revoluções e a marcha da emancipação, da centralidade do homem na produção e reprodução de sua vida social, ou seja, passaram os tempos modernos. Daí saberem muito bem as potências obscurantistas coloniais da imperiosa obrigação de afastarem-se o mais possível dos rios e afluentes do Renascimento e do Iluminismo, das matrizes da revolução e do falecimento dos deuses despóticos empenhados em subjugar os homens à sua tirania. Desde então os fantasmas da revolução

e seu contrário, a contrarrevolução, contaram com o combate e execração sistemáticos das ordens proprietárias letradas e dirigentes, da academia e seus senhores, adquirindo a categoria do inominável (Gorender, 2010). A marcha de seus processos, o brilho fulgurante e repentino de suas eclosões passará a marcar o tempo histórico, desde então medido por suas ocorrências e transcursos, seus fantásticos soerguimentos, declínios e fracassos, assim como a produzir e reproduzir permanente e cronicamente o seu séquito de perplexos e estupefatos, dos seus libertos e dos seus desgraçados (Maimónides, 1195).

As revoluções e suas formas, suas trajetórias, suas proclamações ao mundo e suas realizações por elas medidas, seus empenhos emancipatórios, enfrentam a particularidade de suas histórias frente à esfinge da sua última ocorrência histórica. Dessa forma mediremos modernamente as revoluções posteriores à Revolução Francesa pelo seu crivo, tal como antes dela a história foi medida pelas revoluções da Holanda e Inglaterra. Todos os demais projetos de revoluções burguesas e socialistas dos séculos XIX e XX mediram-se por sua genericidade. Ao medirem-se nela, apreendiam sua particularidade e seguiam, afinal o esclarecimento de qualquer fato depende de sua reconstrução histórica (Souza, 2016). Assim fizeram os alemães, anteriores e posteriores a Hegel, assim fizeram os russos e todos os povos eslavos, assim fizeram os revolucionários de todas as nações que se forjavam tardiamente no crisol do capital e no empenho capitalista. Tardias porque em muito posteriores às revoluções capazes de plenificar-se, revoluções vitoriosas, se é que assim podemos dizer.

Da revolução holandesa em diante, passando pela inglesa e posteriormente pela norte-americana e francesa, esse o punhado de revoluções onde o capital pode conformar em curto tempo - curtíssimo se o comparamos com os tempos medievais-, mais ou menos plenamente a reprodução social, ou seja, pode forjar sociedades à sua imagem e semelhança. Vivemos no capital e para ele, entretanto, essa realização nacional tardia do capital, medida pela sua existência milenar, obscurece exatamente essa sua dimensão original, seu nascedouro, “refestelação” e périplo milenar pelo mundo, “despatriamento” uterino. Só depois, já nos estágios avançados dos tempos modernos vestir-se-á de pátrias, marchará fantasiado de língua própria, bandeiras e exércitos, supostamente confinado em fronteiras protegidas.

Mas para que essa operação ocorresse, era imperioso preparar as consciências para a necessidade da centralidade do homem na condução de sua própria vida. Os tempos modernos são os da emancipação do homem, a luta pela centralidade humana na história.

Os proprietários da riqueza mercantil necessitavam dela, os trabalhadores intelectuais também, os artistas, os filósofos, os literatos, e posteriormente os cientistas, mas também as ordens feudais letradas, proprietárias e dirigentes, sempre souberam da importância vital da riqueza mercantil. Sem ela sucumbem os reinos; sem o esteio do dinheiro as dinastias fenecem e o sangue azul se dilui em miséria e o império celestial passa a trincar o seu casco e dar entrada às águas do oceano da dúvida. Necessitam dela também as ordens exploradas, ávidas por libertar-se do jugo secular dos senhores cuja sede de riqueza ia fazendo de suas vidas um reino terrenal insuportável.

A verdade é que poucas, a minoria das revoluções é plena. A maioria delas, obrigadas a ceder ao imperativo vital da acumulação do capital, está comprometida com a incompletude, está amarrada à conservação das relações pretéritas contra os ventos e marés das exigências mercantis, à conservação das ordens e classes pré-capitalistas, das suas necessidades econômicas, políticas e ideológicas. A maioria das revoluções burguesas - e por que não dizer também as socialistas-, apresenta um curso errático, pois condenadas a lutas conservadoras mais ou menos inglórias em cada uma das múltiplas vertentes da reprodução social. A maioria delas contará com classes pré-capitalistas poderosas, capazes de adiar a plenitude capitalista e socialista por séculos.

As revoluções burguesas e socialistas são em sua maioria revoluções conservadoras e estas, sem exceção, são natural e inexoravelmente trágicas para as suas maiorias trabalhadoras do trabalho manual e intelectual. A sua tragicidade está na manutenção do império da violência obscurantista inexoravelmente necessária para mantê-las castradas, *incapazes de transitar à realização plena seja do capital ou da emancipação do trabalho, incapazes de ir mais além deste*. O seu transcurso trágico bloqueia e retroage a marcha da emancipação, eis a marca indelével das revoluções conservadoras. Mas o fato de a maioria delas ser conservadora nunca impediu os revolucionários de medirem-nas pela maior revolução vitoriosa anterior, apreendendo, desse modo, a sua particularidade. Deve-se a isso o fato de que os grandes pensadores da particularidade sejam exatamente os teóricos dos rincões conservadores, das regiões de dificultosa apreensão de sua situação histórica frente ao colosso revolucionário anterior, tomado como forma geral da revolução. O velho Hegel e o jovem Marx indagavam a Revolução Francesa (Marx, 2004). Mais tarde outros indagaram a Revolução Russa ou Chinesa ou Cubana (Ramonet, 2006; Debray, 1967). Seus escombros, despencados no século XX, cobrem aquele final de século e estes inícios do século XXI com a irrespirável nuvem do seu pó.

2. AS REVOLUÇÕES POPULARES DA AL – “NAVEGAR É PRECISO, VIVER NÃO É PRECISO”.

De tal modo as revoluções burguesas conservadoras ibéricas lavraram com sangue e opressão as suas sociedades coloniais que as suas revoluções populares sempre caminham pelo fio da navalha de sua inexorável fragilidade congênita. Reprimida desde sempre toda e qualquer forma de auto-organização política popular, sobreviveram a duras penas nelas as organizações socialistas, anarquistas e comunistas apesar da implacável repressão à qual foram sempre submetidas, incapazes de tomar vulto capaz de colocar em cheque a ordem neocolonial de suas repúblicas. Foram e permanecem sendo em geral organizações da resistência proletária, cujo papel emancipador e civilizador é e foi da maior importância. O desfecho da luta interna entre os revolucionários na Revolução Russa selaria de vez os destinos das organizações comunistas ao retirar-lhes, com exceções, qualquer laivo de práxis independente dos ditames do centro moscovita. Essa dupla opressão, a das classes dominantes coloniais e novas burguesias neocoloniais e a dos seus próprios camaradas instauraria um clima desfavorável ao esforço de apreensão de sua particularidade histórica e à conseqüente práxis revolucionária.

O rebaixamento do nível teórico e erros graves da práxis revolucionária daí derivados marcaram também a história do núcleo soviético. A liquidação física e política do núcleo socialista original da revolução levaram às irreparáveis violações da autodeterminação nacional dentro e fora do ex-império russo, assim como ao beco sem saída da transição socialista, ou seja, do controle social a ser exercido pelas massas no processo de liquidação do estado e do caráter mercantil da produção social. Do mesmo modo, o esteio místico da política externa soviética - a total confiabilidade dos alemães-, e graves atentados à soberania nacional praticados pelo centro dirigente e seu chefe colocaram a revolução em situação crítica às vésperas da invasão nazista. Não fossem a fantástica resposta do povo russo, o seu heroísmo e desprendimento, os acertos a posteriori não teriam levado o país à vitória. Do mesmo modo a denuncia dos crimes de Stalin por Khrushchov não resulta no reflorescimento do socialismo, pois não há mais lideranças socialistas capazes de lhe dar vida. O mesmo ocorrerá com Gorbatchov, incapaz de realizar a sua autoproclamada revolução, esmagada entre o status quo e a contrarrevolução liberal. A Revolução Russa continuou, mas não mais pelos trilhos socialistas. Realizou as grandes tarefas da emancipação nacional nos planos econômico e social, educacional e cultural, científico e tecnológico, porém ao custo da castração econômica, política e ideológica do socialismo. A emancipação dos trabalhadores como objetivo central da revolução socialista e da sua

transição ao socialismo foi simplesmente esquecida, assim como todo o complexo de relações sociais que lhe dariam vida. Desaparecida da teoria oficial internacional ergueu-se em seu lugar uma variante da teoria do socialismo de estado, de extração alemã, contra a qual Engels já se insurgira no seu *Anti-Dühring*. Incapaz de transitar ao socialismo, incapaz de ir além do capital, a revolução russa encalacrou-se no pós-capitalismo (Mészáros, 2011).

Com notáveis exceções a teoria da revolução dos marxistas nos espaços ex-coloniais ibéricos não se colocou ao nível da apreensão da sua particularidade histórica, ofuscada pelas emanações teóricas do centro comunista internacional. As notáveis exceções são a história do movimento socialista e comunista chileno com Recabarrem à frente, o brilho de um Mariátegui e os teóricos brasileiros das várias gerações: Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré e Florestan Fernandes, para ficarmos nos mais velhos. Quis a história que muitas décadas antes de a teoria se fazer carne de uma nova práxis tenha sido vitoriosa a Revolução Cubana. Alimentada e crescida na sua ingente luta de emancipação nacional, simultânea e diretamente anticolonial, anti-imperialista e anti-norte-americana, alastrada na máxima potência açucareira hispano-americana, fez de um punhado de revolucionários não comunistas ou marxistas o núcleo do exército libertador capaz de liquidar o poder do estado e aglutinar as forças populares e socialistas no trânsito forçado da revolução popular à sua etapa socialista. A revolução latino-americana e as várias revoluções nacionais do mundo ibérico, sobre as quais se falava desde a independência hispano-americana e não mais se cansou de falar desde então, realizava-se em Cuba de maneira imprevista e fora dos cânones oficiais. Os partidos do marxismo, em sua maioria espécimes da resistência ao capital, reagiram com espanto e suspicácia embora a apoiassem. Não havia teoria para tal feito, nem por parte dos revolucionários cubanos e muito menos pelos demais (Ramonet, 2006). Vivemos sob um espectro de carência doutrinária, metodológica e pragmática decorrente do descarte da crítica.

Se hoje está mais evidente a necessidade de organizar a ofensiva socialista, naquele momento a confundiu-se com a obrigação canônica da luta armada, muito embora a questão da união das “armas da crítica com a crítica das armas” (Marx, 2004) fosse algo não propriamente novo na teoria revolucionária (Debray, 1967). Lênin e os bolcheviques sempre tiveram clareza sobre essa questão, a de que nenhum aspeto da luta revolucionária poderia ser desprezado (Lenin, 1972). Tal ilusão teórica é plenamente justificável dada a centralidade política dos exércitos nacionais na vida das repúblicas das ex-colônias ibéricas.

No caso Brasileiro tivemos a exerceção do mito nacional, que funcionou como uma espécie de sociologia do espontaneísmo, um melhoramento do senso comum (Souza, 2016, 29). Para Jesse 2016, p. 30 o mito nacional Brasileiro existiu de forma a superar a baixa estima destes colonizados que sempre se enxergaram como menos

Por isso o mito nacional e sua função de legitimação do privilegio injusto é tão importante. O mito brasileiro do “homem emotivo”, ambigualmente positivo, foi sistematizado por Gilberto Freyre e depois modificado e distorcido por Sérgio Buarque em sua versão do “homem cordial”, negativo e sem nenhuma a ambiguidade. Foi a visão de Buarque que venceu a contenda e se tornou a autoimagem oficial do Brasil, da direita à esquerda do espectro politico, vigorando até hoje.

Tratava se de conferir uma possibilidade de orgulho nacional mesmo quem nunca leu Freyre (2003) confere esta verdade ao povo brasileiro, a de um povo aberto, emotivo, sexualizado (Souza, 2016, 32). O pressuposto racista nunca foi discutido, foi travestido do ideal cultural do inferior e superior que ainda permanece. E a solidariedade entre os privilegiados se faz desta aura considerada superior, o consumo de bens tal como vinhos acesso a bens culturais lhes dá o privilegio de merecer (são espíritos sensíveis) perante aquela que não são. Buarque (2000) quem cria os fundamentos das ciências conservadoras no Brasil, ao definir o brasileiro como homem cordial, do coração a sociologia do “vira lata” brasileiro advento de um país sem projeto, de uma maioria escumalha e sua pequena elite. De agentes propulsores da revolução burguesa, núcleo pequeno-burguês delas, transitam rapidamente à predominância em sua alta oficialidade dos agentes dos interesses neocoloniais dos monopólios, antes de tudo os norte-americanos. Essa obrigação canônica da forma de realização e organização para a ofensiva causou considerável estrago nas fileiras revolucionárias. Na realidade a novidade do feito ainda está pouco teorizada, apesar das décadas que já nos separam daqueles finais dos anos cinquenta e início dos sessenta.

Apontamentos

O que ocorreu no Brasil nos últimos anos foi uma variante da política pró-capital monopolista (categoria inexistente no texto) e opera no poder. No centro do Estado e em favor deste. Opera a continuidade da contrarrevolução capitalista (outra categoria ausente) em desfavor dos assalariados e conforme à continuidade aprofundada da subordinação imperialista da nação. Não se trata exclusivamente de que a burguesia (proprietários monopolistas e de todo o quilate, políticos, sindicalistas, juristas, instancias estatais vitais e pequenos

burgueses em geral et caterva, consultores norte-americanos, etc.) deseja estraçalhar seu boneco por temor de que permaneça ativo, mas, sim, de que, estamos diante de uma estratégia de golpe de estado contra um presidente eleito. Por mais que ele não lhes interesse, muito menos à massa assalariada jogada à moenda da perda ampliada de direitos, trata-se da realização de uma forma legal de realização das contradições insanáveis da sociedade do capital, cuja permanência é vital para a continuidade da realização destas.

Defender a legalidade é vital, contra a presidente e contra as direitas todas e os democratas de ocasião. Não ha como fechar os olhos para isso. Não se trata de manobras da ultradireita para um golpe palaciano, mas para a liquidação desta democracia que coube até o momento no figurino da transição transada, à porta da qual abandonou-se a luta vital e necessária pela emancipação da classe trabalhadora. Eles rasgaram o figurino ao agir e pensar politicamente ao modo fascista. O Estado para eles deverá ser um objeto das corporações monopolistas (proprietários, sindicatos, partidos da ordem, ordens delinquentes e outros bandidos da ordem) e realizar no parlamento seus desígnios plenos, fora dos quais não pode haver politica. Estamos no limiar de uma nova etapa da contrarrevolução continuada, de uma democracia ainda mais restringida, de figurino bulímico e insuportavelmente obesa de prepotência e violência institucional e outras. Estamos mais próximos de Pinochet, do estado ideal do neoliberalismo friedmaniano.

Estamos diante de uma situação inédita, o cerco implacável, coletivo das classes burguesas e assalariadas corrompidas (estruturas sindicais, etc.), suas representações politicas e sociais no sentido de apeiar do poder um presidente por eles indesejado, à revelia do voto popular. De outro modo: o bloco ditatorial se reconstitui como força unida e vai sucucizando a presa, ou seja, todos nós e mais o executivo, este por sua vez também constringido a fazer a politica do capital monopolista e pagando o preço da impotência e humilhação pública devido a isso. O bloco golpista comporta o complexo judicial-politico-midiático-econômico, dominante porém (ainda) não governante. O que haveria de bom nisso? Para a história, a abertura da possibilidade de vermos a necessidade absoluta da revolução democrática, aquela abandonada à porta de entrada da transição transada. Sem ela, não ha melhorismo que dê conta desta realidade histórica. Sem a emancipação política das maiorias não há transformação possível. A pequena politica dá e sempre deu nisso por aqui, repressão, golpe, desalento, regressão, exílio. E tudo reiniciar-se novamente, como se nada houvésemos aprendido.

E mais uma vez antes de liquidarmos teoricamente uma questão de tamanha importância, de vital importância mesmo, ocorre a revolução venezuelana. E à sua frente encontram-se jovens coronéis, tal como outrora os de Pérez Jimenes, alçados ao poder com um golpe de estado, tal como os outros vários levantes militares contragovernos eleitos ou outros ditadores. Todos eles cumprindo um destino a eles confiado pelo personagem central da trama histórica e seus proprietários monopolistas, o petróleo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Buarque, Sérgio H. Raízes do Brasil

Castro, Nils (2012). *As esquerdas latino-americanas em tempo de criar*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Brasil.

Debray, Régis (1967) *Révolution dans la révolution? Lutte armée et lutte politique en Amérique latine*. Paris: François Maspero.

Freyre, Gilberto (2003). *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileiro sob o regime patriarcal*. Global Editora, Recife, Pernambuco, 48ª Edição.

Gorender, Jacob. (2010). *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 650 p.

Le Goff, (2009). *Reflexões sobre a História*. Edições 70, Lisboa, 97 p.

Marx, Karl. (2004). *Manuscritos económicos filosóficos*. Boitempo Editorial, São Paulo, Brasil.

Mészáros, István. (2011) *Para além do Capital: uma teoria de transição*. Boitempo Editorial, São Paulo, Brasil.

Ramonet, Ignácio. (2006). *Fidel Castro: Biografia a dos voces*. Oficina de Publicaciones del Consejo del Estado la Habana.

Salvador Allende G., (2013) *Abrirán las grandes alamedas. Discursos*, 1ª ed, 9ª Reimp. Santiago de Chile, Libros del Ciudadano.

MESA DE TRABAJO 2: TEORÍA SOCIOLÓGICA Y METODOLOGÍA DE LA INVESTIGACIÓN SOCIAL

Souza, Jessé. (2016). *A radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Editora Leya, Rio de Janeiro, 144 p.

Feitosa, E., *A crítica marxista ao direito e o problema da interpretação*

Wallerstein, Immanuel. (2006) *World- Systems, Analysis*. Duke University Press. Durham.

PÁGINA CONSULTADAS

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/02/29/crise-brasileira-e-direito/>

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/25/alysson-mascaro-todo-direito-e-um-golpe/>

http://www.releituras.com/nelsonr_viralatas.asp